

A viagem enquanto forma de poder: a viagem de Pedro II e a inauguração da rodovia União e Indústria, em 1861

Patrícia Falco Genovez *

A multidão ocupava todos os arredores.

A comitiva imperial, atravessando por entre as alas assim formadas, chegou à quinta do Sr. comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, destinada para residência de Suas Majestades e Altezas.

À porta da casa foram as augustas pessoas recebidas com estrondosas aclamações, ao som do hino nacional tocado pela excelente banda de música da colônia, e por grande número de cidadãos.

(...)

Suas Majestades e Altezas recolheram-se para descansar, e as pessoas de sua comitiva, assim como os convidados recém-chegados, procuraram orientar-se a fim de acertarem quanto antes com os aposentos que lhes estavam destinados.

O paço imperial achava-se disposto e mobiliado com extremo bom gosto e elegância, como tudo quanto foi feito pelo Sr. comendador Ferreira Lage.

(...)

O que sobretudo não se pode referir com precisão foi o transporte de que todos se possuíram, quando, dando apenas alguns instantes às necessidades do *toilette*, acharam-se na presença da mais esplêndida iluminação.

Tudo quanto a vista alcançava na extensa área que tentamos descrever, oficinas, armazéns, serraria, olaria, moinho, toda sorte de numerosos edifícios, telhados, muros, paço imperial, arcos, jardim, cerca, pontes, arbustos, lagos, ilhas, coreto, gruta, colina, castelo, tudo enfim cintilava ao clarão de cinco mil luzes, lampiões chineses e copos, delineando os contornos dos objetos iluminados; e tudo isto fora aceso como por milagre, em um abrir e fechar d'olhos; tão bem dispostas estavam todas as coisas!

E como se não bastasse o que víamos, grandes fogueiras coroando as alturas circunvizinhas, o céu recamado de estrelas, uma noite tão serena que as folhas das árvores não se moviam, nem uma luz se apagava, os ecos repetindo as lindas peças de música tocadas pela excelente banda da colônia e composta de instrumentistas que dez meses antes não conheciam as sete notas, eram outros tantos motivos de gozo.

O toque das trombetas percorrendo a estação, e anunciando que o jantar nos esperava, arrancou-nos a custo da contemplação do maravilhoso quadro que tínhamos diante dos olhos.¹

* Mestre em História Social das Idéias (UFF), membro do Núcleo de História Regional da UFF, editora da Revista Eletrônica de História do Brasil - UFJF.

1. *Viagem de Petrópolis a Juiz de Fora por ocasião de inaugurar-se a Estrada União e Indústria*, Juiz de Fora, Tipographia Sul, 1919, pp. 27, 29 e 30. O trecho transcrito, diz respeito à chegada da família imperial durante uma das viagens de D. Pedro II à cidade do Juiz de Fora, para a inauguração da Rodovia

Inaugurada no ano de 1861, a rodovia União e Indústria pode ser interpretada como uma *ponte* que unia os interesses do Império aos da região sul da Zona da Mata Mineira e, particularmente, de Juiz de Fora. *Ponte* não pelo aspecto econômico, mas sim pelo simbolismo de que se viu revestida. Na realidade, a primeira estrada macadamizada do país não foi capaz de propiciar o desenvolvimento industrial da cidade, pelo menos não o que se esperava, e comprometido o seu funcionamento pelo constante déficit da companhia, acabou superada em importância econômica pelos caminhos de ferro.²

Por outro lado, porém, a presença do imperador à inauguração e o discurso de progresso que a caracterizou, só a fizeram crescer na imaginação dos contemporâneos e até da historiografia posterior.³ Afinal, ao encurtar a distância entre Juiz de Fora e a Corte, a União e Indústria materializou as aspirações de uma certa elite local, ávida de reconhecimento e projeção, como tantas outras congêneres no período. E passou a integrar, assim, o movediço terreno da cultura, que os historiadores contemporâneos procuram reconhecer com cuidado, mas pisando de uma forma cada vez mais segura.

A presença imperial no momento da inauguração da rodovia, encarada como personificação do próprio Estado, passava, por meio deste, a representar toda a sociedade.⁴ Pelos caminhos dos ritos de viagens especificamente tratados neste ensaio, é possível ao indivíduo social da segunda metade do século XIX enxergar a si mesmo como parte de um Estado que, no cotidiano, parecia bem distante. A cultura política, nesse sentido, não pode ser entendida como racional. O que torna imperativo compreender o milagre a partir do desejo de sua existência.⁵

A inauguração da rodovia União e Indústria, portanto, que se deu em 1861 e contou com a presença de Pedro II, na cidade de Juiz de Fora, por cinco dias, pode ser encarada como parte do projeto de unidade nacional. Um projeto que não se encontrava acabado naquela década.⁶ Bastante rica no tocante à sua descrição, a

União e Indústria, no ano de 1861. A primeira impressão de um relato da viagem foi feita em 1861, reunindo as cartas do correspondente do *Jornal do Commercio*. Em 1919, foi novamente publicada pela firma Surerus & Surerus, que entremeou suas propagandas comerciais ao relato da viagem.

2. Luiz Antônio do V. Arantes, *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora*, dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1991, p. 34 a 37.

3. Recentemente, o trabalho de James W. Goodwin Junior, *A "Princesa de Minas": a construção de uma identidade pelas elites juiz-foranas - 1850/1888*, dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1996, abordou a questão do discurso da modernidade proposto pela elite. Contudo, o recorte empírico empreendido pelo autor, utilizando-se, principalmente, do primeiro Código de Posturas, do jornal *O Pharol* e das atas da Câmara Municipal, sem um confronto com os relatórios dos fiscais da Câmara, pode formar uma perspectiva distorcida no que se refere ao desenvolvimento da cidade. Os relatórios dos fiscais são fontes bastante ricas uma vez que apresentam uma visão cotidiana da cidade e dos problemas que a mesma enfrenta. Além disso, a fiscalização ocorre em todo o município, até mesmo fora do limite urbano, o que permite uma avaliação mais abrangente do que as notícias do jornal ou as atas da Câmara e, principalmente, revela a distância entre a realidade e a lei expressa no Código de Posturas.

4. Clifford Geertz, *Negara*. O Estado teatro no século XIX, Lisboa, Difel, 1991.

5. Marc Bloch, *Os reis taumaturgos*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

6. Entendemos que, apesar de tomarmos como referência uma viagem ocorrida em 1861, não significa dizer que a construção da unidade nacional estivesse em sua fase de acabamento. Conforme Ilmar R. de Mattos, *O Tempo Saquarema*, São Paulo, HUCITEC, 1987, este processo de construção continua mesmo com a consolidação do Império, quando a direção Saquarema se encarrega de preservar os monopólios da classe senhorial.

viagem de inauguração tornou bem evidente o perfil de uma elite que estabeleceu, nitidamente, as posições sociais de cada um de seus atores no palco da monocultura cafeeira e escravocrata do Império.⁷ Representou, por um lado, um fator de agregação e de intercessão das elites e, por outro, revelou as diferenças e a hierarquia da sociedade local. Exatamente por isso a viagem serve de fio condutor para o historiador localizar e compreender outras perspectivas da história da monarquia no Brasil.

Especificamente em Juiz de Fora, é viável a utilização de tal artifício, uma vez que foram oito as passagens do imperador pela cidade.⁸ No presente ensaio, tratar-se-á apenas da viagem de 1861, para inauguração da rodovia. Um recorte que leva em consideração a variedade do cerimonial e a importância econômica e, sobretudo, política da rodovia para a região. De um modo geral, todas as viagens apresentaram características de agregação dos vários círculos de poder: o familiar, o institucional, o econômico e o de sociabilidade. Círculos que não estavam recortados rigidamente no contexto social, mas comportavam-se como esferas em freqüente interseção.

Compreende-se, entretanto, que o cerimonial não é o único ponto agregador do Império brasileiro. Assim, a escravidão e a monocultura também poderiam oferecer a mesma estratégia de pesquisa que o cerimonial das visitas imperiais. A opção pelo cerimonial ocorreu em virtude da possibilidade de diálogo entre a história política e a história cultural.

Uma vez descrito o objeto e sua pertinência, faz-se oportuno, no momento, apontar alguns instrumentos importantes e necessários para o seu estudo. A intenção é compreender a sociedade juiz-forana como um espaço social multidimensional a partir do prestígio, da reputação e da fama fornecidos pela lógica e hierarquia internas e próprias do cerimonial de inauguração da rodovia União e Indústria. Uma hierarquia que acaba levando em consideração, primeiro, o volume do capital e, segundo, a composição do mesmo, ou seja, a sua origem e o seu peso relativo na sociedade.⁹ O que permite eleger um grupo de *status* que, de acordo com a concepção weberiana,

compreende todos os que gozam de particular honra ou prestígio social e se caracterizam por um estilo peculiar de vida, pelo modo de comportamento, por determinados padrões de consumo, de indumentária, de habitação, pelo casamento que fazem, pelo tipo de relações sociais que mantêm, pela profissão que exercem, pelos gostos, pela instrução recebida, etc. (...) porquanto se definem

7. Sobre posições sociais estabelecidas através da pompa ver Norbert Elias, *Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1986. Outro trabalho revelador, neste sentido, é o de M. Ryan, "A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX", in Lynn Hunt, *A nova história cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.

8. Sobre as viagens, que ocorreram em 1845, 1861, 1869, 1878, em 1881 por duas vezes, em 1882 e 1889 ver Patrícia Falco Genovez, *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*, dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1996. Outras referências: *Jornal de Commercio* (27, 29, 30/06 e 01, 02 e 03/07 de 1861); Jair Lessa, *Juiz de Fora e seus pioneiros*, Juiz de Fora, FUNALFA/UFJF, 1985, p. 104; Paulino de Oliveira, *História de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, Gráfica Comércio e Indústria, 1966, pp. 96, 146, 153 e 154; Albino Esteves, *Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915, pp. 69 e 72; Lindolfo Gomes, *A tradicional fazenda de São Mateus, em Juiz de Fora*, Juiz de Fora, Dias Cardoso, 1933; Albino Esteves, "Mariano Procópio pelo Albino Esteves", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 230, jan-mar, 1956.

9. Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 134 e 135.

(...) num agir específico, no modo de se entenderem a si mesmos e de serem entendidos pelos outros.¹⁰

Pensar tal tema exige reconhecer suas incursões à história cultural e à antropologia interpretativa, tendo em vista os novos objetos, as novas perspectivas e metodologias da história política. Entre estes temas Francisco Falcon destaca “os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas”.¹¹ Fato já profetizado por Jacques Julliard: “a história política de amanhã será o estudo do poder e de sua repartição”.¹²

Mais atenta e mais aberta ao diálogo, a nova história política encontra na interdisciplinaridade um caminho rico com as trocas com a história cultural e com a antropologia, no sentido de uma maior abertura de objetos como o rito, a sociabilidade e o poder. Há também contribuições no tocante à metodologia com uma delimitação específica, atenta às condições culturais, aos efeitos da sociabilidade, aos ritos e à simbolização.¹³

Da união feita entre sociologia cultural e história política surgiram vários trabalhos historiográficos de grande importância, entre os quais o grande marco continua sendo *Sociedade de Corte*, de Norbert Elias.¹⁴ Nesse sentido, o estudo dos signos sugeridos por Roger Chartier vem compor a preocupação com o cerimonial, pois permite “apreender, no campo da prática, a eficácia simbólica do Estado”.¹⁵ Essa eficácia pode ser atestada, segundo Pierre Bourdieu, pela invisibilidade que o poder simbólico adquire, “onde ele é mais completamente ignorado, portanto, mais reconhecido”,¹⁶ é justamente lá que reina a cumplicidade entre os que se sujeitam a ele e os que o exercem.

Esta simbiose entre cultura e política é vista por Marieta Ferreira como uma chave: “ela [a cultura] introduz a diversidade, o social, os ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável.”¹⁷ O resgate da história política, portanto, só pode ocorrer se esta se voltar para “(...) história do político, uma história da diversidade dos fundamentos dos poderes econômicos, religiosos e culturais, as idéias, ao mesmo tempo que as práticas, o simbólico e o imaginário”.¹⁸ A abertura do cultural permite revisar as relações de poder apontando novas dimensões para além dos campos e espaços antes considerados exclusivos para sua atuação. Agora encontrado em lugares menos auspiciosos, o poder deixa de ser compreendido como algo exercido exclusivamente pelo Estado.¹⁹

É bem verdade que os trabalhos disponíveis na historiografia, de um modo geral, tratam de cerimoniais envolvendo as cortes européias e até, no caso da

10. N. Bobbio et alii, *Dicionário de política*, Brasília, Edunb, 1992, p. 173.

11. Francisco C. Falcon, “História e poder”, in Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Os domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 75.

12. Jacques Julliard, “A política”, in J. Le Goff & P. Nora, *História: novas abordagens*, Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, p. 190.

13. Roger Chartier, *A história cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990, p. 217.

14. N. Elias, op.cit.

15. Roger Chartier. op.cit, p. 221.

16. P. Bourdieu, op. cit, pp. 7 e 8.

17. Marieta Ferreira, “A nova ‘velha história’”, *Estudos históricos*, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 267.

18. Id., *ibid.*, p. 269.

19. Michel Foucault, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1990, p. 9.

historiografia brasileira, do cerimonial de aclamação, sagração e coroação dos imperadores brasileiros.²⁰ Pelos relatos e descrições das passagens de D. Pedro II por Juiz de Fora, contudo, percebe-se a possibilidade de alargar essa metodologia de análise.

A família imperial chegou a Juiz de Fora às vésperas da inauguração da rodovia, no dia 23 de junho de 1861. Os preparativos do grande número de convidados que acompanharam o imperador começou no dia 20, quando boa parte dos nobres já se encontrava a caminho da cidade. Pelos relatos, observa-se uma diferenciação em relação aos nobres que seguiram da Corte no Rio de Janeiro, três dias antes, e aqueles que se encontravam mais próximos de D. Pedro II, nos hotéis vizinhos ao Palácio Imperial em Petrópolis. Formavam o séquito, além da família imperial, o conselheiro e ministro da Justiça Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, o gentil-homem da semana, o Sr. tenente-general Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, o veador barão de Tamandaré, o guarda-roupa José Carlos Mayrink, o médico José Pereira Rego; as damas de Sua Majestade a Imperatriz e das Augustas Princesas, além de outras pessoas que os documentos da época não especificaram.²¹

Considerando-se que na atmosfera imperial gravitavam, no ano de 1861, vários outros nomes que compunham o Conselho de Estado e os demais ministérios, outros militares e pessoas de prestígio, pode-se traçar a significação da escolha dos nomes supracitados, a importância de ter sido eleito pelo imperador, de ter sido relacionado entre as pessoas mais próximas a ele, diferenciando-se, inclusive, *das outras pessoas* que formavam o séquito imperial.

Nesse sentido também indica o jogo de prestígio, a repartição do poder, as gratificações, como também as punições. Ao escolher alguns, D. Pedro II podia estar designando a conduta que mais lhe agradou, a postura política que mais lhe foi conveniente. É bem verdade que não se deve comparar o cerimonial do império brasileiro com o rigor da etiqueta na corte de Luís XIV mas, tal como este, D. Pedro II podia utilizar-se destes artifícios para controlar parte da elite que o rodeava, principalmente se for levada em conta a Monarquia Constitucional, de cunho liberal e aclamada pelo povo, exibida aos olhos republicanos do restante da América Latina como virtude de um governo sólido e equilibrado.

Surpreendente e, por vezes, decepcionante, a simplicidade dos cerimoniais relatada por políticos e cronistas da época apontava para o retraimento, para a ausência da ostentação do esplendor tão característicos das famílias reinantes da Europa.²² O poder simbólico de Pedro II, contudo, até mesmo pela sua ausência, foi responsável pela construção de uma prática que impunha uma ordem ao mundo social vivido. Criava uma espécie de “concordância entre as inteligências”,

20. Alguns dos estudos mais reveladores sobre cortes européias estão relacionados aos trabalhos de Marc Bloch, *Os reis taumaturgos*, op. cit.; Peter Burke, *A fabricação do rei*. A Construção da imagem pública de Luís XIV, Rio de Janeiro, Zahar, 1994; E. Kantorowicz, *The king's two bodies*. A study in medieval political theology, 6a. ed., Pinceton, 1981; e no caso brasileiro, Maria Eurydice de B. Ribeiro, op. cit.

21. *Viagem de Petrópolis a Juiz de Fora*, op. cit., p. 8.

22. H. Lyra, *História de D. Pedro II*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1977, vol. II, pp. 45 a 53.

delegando ao símbolo vivo da monarquia a função social da integração.²³ E cumpriu sua função de cumplicidade, uma vez que tal simplicidade garantiu a toda a família imperial um enorme prestígio moral.

Este consenso foi primordial no início do Segundo Império, num momento em que as noções de pátria e de nação ainda não tinham encontrado seu verdadeiro lugar no imaginário da sociedade.²⁴ Cabia ao imperador, portanto, como personificação do Estado forte e da classe dominante, monocultora e escravista, a prudência da simplicidade e o silêncio, numa espécie de “prudência política”, evitando fornecer aos adversários republicanos, ou àqueles insatisfeitos com a monarquia, qualquer princípio que pudesse contradizer os ideais que tinha por obrigação fazer toda a nação aceitar.²⁵

Foi neste contexto de retraimento que se forjou o perfil do imperador: um homem dado a poucos contatos, de amizades selecionadas e que não se sentia bem com bajulações. A partir deste pressuposto, é preciso avaliar a conotação de prestígio entre os integrantes da corte. Diante de uma imagem construída de homem simples, que não gostava de aparatos, que era de pouca familiaridade e de poucos amigos íntimos, percebe-se o jogo fluido de premiações. Um forte indício desta estratégia ocorreu quando o imperador ordenou que fosse “incrustada na rocha viva, a duas alturas de homem, uma inscrição gravada em mármore branco”²⁶ com seu discurso proferido ao comendador Mariano Procópio, em 1856, quando teve início a construção da rodovia:

Uma empresa cujo fim é a construção de uma estrada que ligue duas províncias tão importantes, e que, continuando talvez para o futuro até às margens do segundo rio do Brasil, reunirá os interesses de seis províncias, de certo merece ser chamada patriótica. *Afianço-lhe, pois, a continuação da minha proteção, e creio que não poderia melhor agradecer os sentimentos de amor e fidelidade que acaba de me manifestar em nome da companhia.*²⁷

Nas palavras do imperador a *ponte* entre o Império e a região se estabelece e se configura em uma via de mão dupla. O mesmo comportamento pode ser observado nas palavras da Câmara enviadas ao imperador como agradecimento pela sua presença nos festejos de inauguração da rodovia. Nesta ocasião, no discurso dos vereadores louvando a inteligência do monarca e a graça advinda de Deus, fez-se menção à importância da figura imperial servindo de elo entre o progresso e a prosperidade reinantes na Corte e a região atrasada e ainda puramente agrícola.

Graças ! Senhor, mil graças ao Supremo Criador ! ! não por Vos haver inspirado esta dedicação patriótica, como Vos haver dotado uma inteligência superior, capaz de ver através da distância de vossa elevação, que, só pelos ramificados canais destas indústrias pode chegar até a cabana do pobre a felicidade, que vosso coração deseja sobre todos derramar. (...) Sempre e em qualquer

23. P. Bourdieu, *O poder simbólico*, op. cit., p. 9. A concordância entre as inteligências e a integração social proposta por Bourdieu segue os pressupostos de Durkheim, onde os símbolos “tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribuiu fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração moral.”

24. M^a. Eurydice B. Ribeiro, op. cit., p. 26.

25. P. Bourdieu, op. cit., p. 189.

26. *Viagem de Petrópolis a Juiz de Fora*, op. cit., p. 20.

27. Idem. Grifo nosso.

parte em que melhoramentos se projetem, lá se encontra o pensamento, a solicitude do Imperador do Brasil !!!²⁸

De um modo geral, o cerimonial da viagem para inauguração da rodovia incluiu no roteiro uma atenção dispensada aos notáveis locais, principalmente, como vimos acima, ao comendador. Amigo pessoal de Pedro II, o comendador Mariano residia fora do perímetro urbano, a 3 km da cidade, que na época chamava-se cidade do Paraibuna. A quinta do comendador situava-se no local denominado Juiz de Fora, onde Pedro II ficou hospedado

Apesar da amizade com o imperador, o comendador não fora feliz nas duas tentativas de eleger-se para a Câmara Municipal. Na primeira vez, em 1856, quando obteve apenas quatro votos e, na segunda, em 1861, quando não alcançou votos suficientes para suplência.²⁹ Pela ausência dos vereadores da cidade do Paraibuna nas festividades de recepção do monarca percebe-se a rixa entre as duas partes da cidade, um fosso profundo cuja *ponte* era o Império, representado na figura de Pedro II e no cerimonial real.

É importante, contudo, verificar mais de perto a região visitada por Pedro II. A cidade do Paraibuna e seus distritos apresentavam-se como uma área que destoava do restante da Zona da Mata Mineira de características econômicas diversificadas e, até certo ponto, com preocupações e demandas bem específicas.³⁰ Fato que reforça os motivos pelos quais houve tantas viagens imperiais à cidade. A presença imperial freqüente surge como mais um reforço ao prevailecimento dos interesses escravocratas, elo que garantia a unidade nacional do Império.

No que se refere ao relacionamento entre o Estado e os demais atores sociais, José Murilo de Carvalho mostra com bastante sensibilidade os meandros políticos, elucidando a complexidade desta relação e traçando com perfeição o perfil do império brasileiro ao afirmar que

A especificidade do sistema imperial em relação a outros sistemas e a outras monarquias provinha da complicação adicional trazida pela dubiedade das idéias e das instituições. Não só era teatro a política; era teatro de sombras. Os atores perdiam a noção exata do papel de cada um. Cada um projetava sobre o outro suas expectativas de poder, criava suas imagens, seus fantasmas.³¹

Neste teatro os papéis se confundiam e a “realidade do sistema era a ficção”.³² Uma “ficção” responsável pela reprodução da ordem social, onde nosso interesse volta-se para Juiz de Fora. É exatamente nesta projeção das expectativas de poder no outro que se constata a desilusão de pessoas que viviam mais próximas à corte. Elas idealizavam o cerimonial imperial à imagem e semelhança do ocorrido nas cortes européias. Viam na sua ausência, porém, a

28. Arquivo histórico da cidade de Juiz de Fora (AHCJF), fundo: Império, série: 140/1. Documento transcrito na ata de 19/08/1861.

29. Museu Mariano Procópio, *Livros de atas de apuração de eleições*, anos de 1856 e 1861.

30. Ângelo Carrara, *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo*, dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.

31. José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 167.

32. Id., *ibid.*, p. 166.

marca da dignidade, da austeridade e da responsabilidade do imperador D. Pedro II à frente de uma nação em construção. Depositavam suas crenças no Poder Moderador, na unidade nacional e na democracia que achavam existir. Era nas falhas dos mecanismos de representação, citados por José Murilo de Carvalho, que Pedro II mantinha as rédeas do grande império, aproveitando-se de sua imagem intocável.

As correspondências dos “notáveis” da Câmara são um mecanismo rico para analisar as relações entre o Império brasileiro, o imperador, a província e, mais especificamente, a municipalidade. Na ocasião da viagem de 1861, foram trocadas seis cartas entre a presidência da província e a Câmara Municipal de Juiz de Fora, o que pode ser considerado como um volume respeitável, se for tomado por referência que essas cartas foram bem mais raras no período anterior. Com efeito, de 1853, quando foi instalada a Câmara, até o ano de 1860, foram oito cartas, umas envolvendo diretamente a viagem do imperador, outras tratando de assuntos meramente eleitorais.³³ Tais indícios nos levam a perceber que até a chegada imperial a Juiz de Fora, a cidade recebeu uma discreta atenção por parte da província. Este panorama mudou após a inauguração da rodovia União e Indústria, ou seja, nas décadas de 60, 70 e 80 o número de correspondências chegou à casa dos 80.

Este aumento de correspondência deveu-se, evidentemente, ao crescimento da cidade e da importância que a mesma passou a exercer na localidade. Poderia estar também relacionado ao fato de que o imperador, ao longo destas três décadas, voltou à cidade por mais seis vezes. A relação direta entre as viagens e o aumento de correspondências não pode ser comprovado, uma vez que as cartas trouxeram outros interesses e estiveram relacionadas a outros contextos. Mas permite reconhecer, mesmo que parcialmente, o destaque que Juiz de Fora alcançou em toda a região em virtude das viagens. O mesmo ocorreu em relação à aparente sintonia com os interesses liberais da Câmara dos Deputados, permitindo a presença de representações junto a esta corporação para negociar providências imediatas em relação à lavoura, em decadência devido à sobrecarga de impostos. Tais correspondências continham também protestos como o de 1872, redigido pelo vereador Dr. João Nogueira Penido, levantando dúvidas

sobre a inteligência do art. 73 da lei de 1º de outubro de 1828 contra usurpação e correlação dos direitos municipais pelo poder central que pretende nada menos do que reduzir as Câmaras Municipais a meras chancelarias passivas, tirando-lhes as atribuições de nomear e demitir livremente os seus empregados.³⁴

Ainda por ocasião da viagem de 1861, inúmeras foram as correspondências tratando da solenidade quando da visita do imperador à Câmara Municipal, feita apenas no dia seguinte à sua chegada.³⁵ Também, podemos destacar a carta enviada à Câmara pelos negociantes com o intuito de presentear o imperador com um anel,

33. AHCJF, Fundo: Império, séries: 11, 29, 32, 40,160.

34. Id., *ibid.*, série 9, Trecho de uma carta da Câmara, redigida pelo vereador Dr. João Nogueira Penido, contra o aviso circular do ministério dos Negócios do Império, sob o número 759, de 22 de fevereiro de 1872.

35. Id., *ibid.*, série: 140.

como “prova de adesão ao Monarca brasileiro”. E outra tentando levantar fundos para realizar a solenidade do *Te Deum*, exposição do Santíssimo Sacramento e demais solenidades consideradas do “mesmo estilo” quando D. Pedro II adentrasse a cidade do Paraibuna.³⁶

Todas estas correspondências mostram o quanto a vida mudou com a inauguração da rodovia União e Indústria, seja no cotidiano, aumentando o vai-e-vem dos comerciantes, seja no acesso mais fácil à Corte, seja pela imagem que a cidade passou a exportar. A partir de então foi possível imaginar-se como um dos municípios mais ricos do Império, com numerosos e importantes fazendeiros, com prósperas casas de negócios e estabelecimentos industriais, hotéis e oficinas³⁷, fosse pela presença marcante do Monarca Constitucional encurtando a longa estrada entre o centro do Império e a cidade interiorana,³⁸ aproximando o primeiro e o segundo escalões do governo com a municipalidade, permitindo um cerimonial onde todos encontraram um papel a representar, o da multidão que aguardou Pedro II na entrada da cidade cantando o hino nacional aos ministros, senadores, representantes de diversas províncias e alguns nobres escolhidos para acompanhá-lo.

D. Pedro II foi recepcionado, em sua chegada, pelos colonos alemães, que guarneceram a estrada separados por sexo e por idade, acompanhados pelo seu diretor e cura católico.³⁹ Logo em seguida, vieram os alunos do colégio Roussin e uma multidão ocupando os arredores. O acompanhamento da multidão foi um fato emblemático que reafirmou a solenidade que envolveu a presença imperial na cidade do Juiz de Fora. A carruagem de D. Pedro II foi escoltada, na entrada, pelos oficiais locais de cavalaria da Guarda Nacional, um esquadrão vindo de Barbacena e outro vindo de Ouro Preto.⁴⁰ Uma solenidade que não apenas reforçava o poder do imperador, mas também daqueles que reuniram condições para protegê-lo. São os dois lados de uma mesma moeda: o daquele que é reconhecido como líder nacional e que, ao sê-lo, favorece o reconhecimento local dos que podiam acompanhá-lo.

Outro fato reforçou o caráter formal da solenidade da chegada e a importância da visita para os interioranos e para o monarca: Pedro II chegou de farda.⁴¹ Uma vestimenta que usava em ocasiões bastante especiais: apenas em festas de gala e para recepcionar diplomatas estrangeiros. Os ministros eram recebidos de casaca preta.⁴²

A recepção na porta da casa do comendador Mariano, onde ficou hospedada a família imperial, contou com “estrondosas aclamações, ao som do hino nacional

36. Id., *ibid.*

37. Jornal *Pharol*, 10/01/1878. Matéria publicada pelo jornal pedindo a colaboração de todos os grandes fazendeiros para confeccionar um almanaque do município onde constariam os nomes de todos que se destacavam na cidade no ramo comercial ou agrícola, das autoridades e os dias de suas audiências. Um quadro que não condiz com a realidade descrita nos vários relatórios dos fiscais da Câmara.

38. Com a rodovia, a duração da viagem até a Corte passou de 15 dias para 12 horas. Ver A. Esteves, *Álbum do município de Juiz de Fora*, op. cit., p. 60.

39. Sobre colonização alemã em Juiz de Fora ver Mônica R. de Oliveira, *Imigração e industrialização: os alemães e italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*, dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1991.

40. *Viagem de Petrópolis a Juiz de Fora*, op. cit., p. 6.

41. Museu Imperial, *Diário do imperador D. Pedro II, de sua viagem a Juiz de Fora (1861)*, Doc. n. 10-57/maço 37, p. 7.

42. H. Lyra, *História de D. Pedro II*, op. cit., p. 64.

tocado pela excelente banda de música da colônia”.⁴³ A suntuosidade da casa do comendador Mariano revela o significado do uso espacial como símbolo de hierarquização, sempre em consonância com a posição social de seu proprietário.

O castelo do Sr. comendador Ferreira Lage, (...) em estilo *renaissance* italiano, de gosto inteiramente novo entre nós, dá sobrenatural encanto a uma paisagem já por si tão pitoresca. Compõe-se de dois andares, e torre à direita. A simetria não tem ali que ver. A ordem resulta da desordem. O todo oferece um aspecto arrebatador. Com palavras não se pode fazer a descrição deste lindo edifício e dos sítios que o rodeiam. Recorde-se cada qual da idéia que, em sua infância, tiver formado da habitação encantada de alguma fada, e poderá talvez compreender o que vimos em Juiz de Fora.⁴⁴

O jardim amplo, de rara beleza e muito bem cuidado, composto em modelo inglês, mostrava o estilo de vida apurado e progressista do comendador. Outro símbolo de distinção pode ser observado no jantar, quando os convidados foram chamados para o banquete, servido numa mesa de cem talheres, revezando-se por três vezes. Vários brindes foram feitos: a Mariano, pelo Sr. Bernardo Joaquim de Oliveira; ao Sr. diretor Dr. José Machado Coelho de Castro, pelo comendador Mariano; ao comendador Antônio J. A. Souto, pelo conselheiro Dr. Francisco de Paula Cândido; ao corpo legislativo e ao governo do país, pelo Dr. José Machado Coelho de Castro; aos engenheiros e empregados da companhia, pelo comendador Joaquim A. F. Pinheiro; à família imperial, pelo comendador Mariano.⁴⁵ Os relatos da época não nos informam quem, além dos nomes citados nos brindes, estavam presentes à mesa na primeira vez que o banquete foi servido, mas é de se imaginar a concorrida “dança das cadeiras” que se deve ter estabelecido.

Os convidados para a recepção, ao nível local e nacional, foram: o conselho diretor e a diretoria da companhia União e Indústria, grande número de senadores e deputados de 12 províncias do Império; os conselheiros Luiz P. do Couto Ferraz e Vicente Pires da Motta; o presidente da província com seu secretário e ajudante de ordem; os barões de Piabanha, de Prados, de Pitanguy e de Bertioiga; o Dr. João de Souza Nunes Lima, juiz de direito da comarca; o brigadeiro João Rodrigues Fêo de Carvalho; o comandante do 70º Batalhão da Guarda Nacional, Fernando Halfeld e toda a sua oficialidade; o comandante do 11º Esquadrão de Cavalaria, tenente-coronel Lino Armonde e seus oficiais; o tenente-coronel José Basílio da Gama Villas Boas; e muitos oficiais dos 69º e 71º batalhões; o juiz de direito da comarca de Petrópolis, Dr. José Caetano de Andrade e muitas outras autoridades.⁴⁶

Tão reveladores quanto a lista de convidados e dos presentes para a recepção do imperador foram os ausentes. A começar pela banda de música que existia desde 1846, fundada pelos *notáveis* locais.⁴⁷ Sem aproveitar os músicos formados e treinados pela banda já existente, o comendador Mariano Procópio preferiu treinar, às pressas, uma banda dentro da própria colônia de alemães. Banda aliás, que impressionou o imperador.⁴⁸

43. *Viagem de Petrópolis a Juiz de Fora*, op. cit., p. 27.

44. Idem. p. 29.

45. Idem. p. 30.

46. Idem. p. 29.

47. A. Esteves, *Álbum ...*, op. cit., p. 53.

48. Museu Imperial, op. cit., (1861), p.2.

É de surpreender, também, que entre os grandes fazendeiros residentes na localidade, dentre os quais 28 conquistaram o título de barão.⁴⁹ - alguns já o eram nesta época - apenas três estiveram na recepção: barões de Pitanguy e de Prados, tio e primo, respectivamente, do comendador Mariano, e o barão de Bertioga. Além destes, o alto comando da Guarda Nacional local: coronel Francisco de Paula Lima e o comandante Fernando Halfeld. A Câmara Municipal da cidade do Paraibuna, entretanto, não foi convidada.

Inúmeros nomes ligados à política local, contudo, surgiram no diário do imperador. Tais nomes foram sempre ressaltados em virtude de suas boas ou más ações. Quando se referiu a Halfeld e ao barão de Bertioga, ambos apareceram associados às concessões de terrenos para a Câmara com o objetivo de melhoramentos na cidade. Este último fez um arco iluminado em frente à sua casa em homenagem ao imperador.⁵⁰ É perfeitamente visível, através do diário, a função exercida pela figura do monarca. Em seu passeio pela cidade do Paraibuna, no dia seguinte à sua chegada, a recepção foi grandiosa.

Às dez horas da manhã para ali partiram Suas Majestades e Altezas, em caleça, levando por batedores os mesmos oficiais que na véspera haviam desempenhado esse serviço (...). O séquito constava de cinco caleças e outras tantas diligências, conduzindo os semanários, os Srs. ministro da Justiça, presidente da província, senadores, deputados e outros cidadãos. Poucos minutos depois entravam Suas Majestades e altezas na cidade, apeando-se à porta da casa da Câmara Municipal, onde estava postada uma guarda de honra. Ao som do hino nacional foram os augustos visitantes recebidos pela Câmara Municipal de Paraibuna e clero da paróquia, de cruz alçada, rompendo o povo em aclamações.⁵¹

Conforme o diário de Pedro II, a caleça imperial foi parada pelo presidente da Câmara, José Capistrano Barboza. A visita foi apenas transitória, durando apenas alguns minutos. Mais tarde, sob um pátio, o imperador seguiu para a igreja Matriz, onde se realizou a solenidade do *Te Deum*.⁵² Somente depois do almoço Pedro II voltou para uma visita mais demorada às instalações da Câmara, acompanhado de todo o seu séquito. Examinou arquivos e as plantas de arruamento da cidade, questionando a escolha dos lugares onde seriam construídos o cemitério e o matadouro. Verificou ainda a escrituração das despesas e questionou sobre os meios disponíveis para o desenvolvimento da municipalidade.⁵³ Os membros da Câmara, foram recebidos horas antes desta visita, durante a cerimônia do beija-mão, no palacete preparado pelo comendador Valle Amado. Construção luxuosa que fora oferecida ao imperador, que declinou da honra, pedindo que o prédio fosse utilizado para uma escola. Desolado com tal decisão, o comendador preferiu trancar o palacete.⁵⁴

O beija-mão funcionou como um dissimulador de diferenças, uma vez que todos os vereadores estiveram presentes, diferentemente do ocorrido na visita

49. J. Procópio Filho, *Salvo erro ou omissão, gente juiz-forana*, Juiz de Fora, (edição do autor), 1979. p. 331.

50. Museu Imperial, op. cit.(1861), os nomes aparecem ao longo do diário do imperador.

51. *Viagem de Petrópolis a Juiz de Fora*, op. cit., p. 33.

52. Museu Imperial, op. cit, (1861), p. 5.

53. *Viagem de Petrópolis a Juiz de Fora*, op. cit., p. 35.

54. Jair Lessa, *Juiz de Fora e seus pioneiros*, op. cit., p. 88.

imperial à Câmara. Serviu como um ponto agregador da viagem, unindo o Império à região, pontos conflitantes em termos legislativos e de exercício de poder. Por natureza, este cerimonial conseguiu, através da pompa e dos momentos de extrema formalidade - por exemplo, a concessão de títulos, a corte ao imperador e as audiências concedidas aos governos provincial e municipal - neutralizar ou minimizar a diferença e a submissão que o poder imperial impunha aos poderes locais, conforme ficou evidenciado na visita à Câmara.

O imperador conseguiu, portanto, não apenas através do passeio pela cidade, mas também através das visitas que recebeu no paço imperial, sediado na quinta do comendador Mariano, saber sobre todos aqueles que exerciam o poder local, sobre suas relações familiares, seu bom ou mal comportamento diante da população. Rapidamente, tomou conhecimento de todas as intrigas que cercavam a cidade, soube sobre todos e sobre tudo. Sua presença pode ser comparada, guardadas as devidas proporções, à visita do Santo Ofício, à Inquisição!! Da mesma forma que a visita inquisitorial no Brasil colonial inspirou a verdade de todos, exigindo confissões e delações,⁵⁵ assim também a presença de Pedro II parecia exercer um poder semelhante na sociedade.

Sendo assim, como não falar de intrigas na corte? Como imaginar um D. Pedro alheio a fofocas, a palpites, a recomendações de terceiros? Como imaginá-lo imune a bajulações, se os nomes sempre aparecem ligados a elas, seja em relação direta à sua pessoa ou ao Império? As memórias guardadas em seu diário traíram a imagem construída de um homem dado a poucos contatos diretos, evitando qualquer proximidade com as banalidades e disputas cotidianas da corte que o cercava. Toda a viagem relatada no diário foi, freqüentemente, entremeada por conversas, contatos e informações sobre o comportamento e as disputas da elite local.

Dessa forma, por meios bastante diferentes daqueles utilizados na França por Luís XIV, que se valia de um rigoroso cerimonial para dominar toda a corte e mantê-la submissa à sua vontade,⁵⁶ D. Pedro II valia-se da simplicidade, do ouvido treinado, para ouvir toda e qualquer espécie de conversa e preferia falar pouco, o menos possível. Ele foi sutil na sua vigilância, não ameaçou com sua presença. Caminhou por entre sua corte interiorana não por diversão, entendeu a necessidade de estar entre os nobres.

Minas Gerais, pela última listagem de titulares do Império, emitida pelo ministério da Justiça e Negócios Interiores, possuía nada menos que 157 nobres!⁵⁷ Foi a maior concentração de títulos em todo o Império, uma vez que foram computados em separado o Rio de Janeiro, com 120 títulos, e a Guanabara, com 106. Um apanhado minucioso sobre nobres, na então cidade do Paraíba, mostra que 28 destes residiram na localidade no final do Império.⁵⁸ E se se levar em conta as relações de parentesco das famílias que transitaram na política e na economia da

55. Ronaldo Vainfas, *Trópico dos pecados*. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil, Rio de Janeiro, Campus, 1989.

56. Ver N. Elias, *Sociedade de Corte*, op. cit.; P. Burke, *A fabricação do rei*, op. cit.

57. C. Rheingantz, *Titulares do Império*, Rio de Janeiro, ministério da Justiça e Negócios Interiores / Arquivo Nacional, 1960, p. s/n. Listagem de barões em Minas Gerais e total de titulares no Império.

58. J. Procópio Filho, *Salvo erro ou omissão, gente juiz-forana*, op. cit., p. 331.

região com os nobres de outros distritos, freguesias e cidades próximas, esse número eleva-se para 55 títulos de nobreza, quase um terço dos titulares em Minas Gerais.

Mais uma vez, os indícios da pompa se tornam bases fortes para sustentar a importância da nomeação oficial por parte do Estado Monárquico e compreender as várias viagens de Pedro II a Juiz de Fora, especialmente a de 1861. Por outro lado, os títulos de nobreza complementam o cerimonial. O título concede distinção a quem o recebe. Uma distinção que se faz eminente nos cerimoniais reais, parte essencial na luta pelo prestígio que garante ao imperador posar como figura central. No jogo simbólico, o título de nobreza concedido pela figura imperial permitiu àqueles que se encontravam em meio à sociedade escravista do século XIX o reconhecimento coletivo, uma vez que era uma concessão do agente autorizado pelo senso comum a exercer e monopolizar as regras que garantiam a segurança social, “o monopólio da violência simbólica legítima”.⁵⁹ O título garantia a celebridade de um indivíduo, uma diferenciação concedida pelo próprio imperador, detentor oficial do monopólio sobre os signos que envolvem a monarquia. Assim,

a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do título - nobiliário, escolar, profissional -, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente garantido. O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bom, prestigioso, em resumo, *nobilis*. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância oficial, ‘universal’, quer dizer, conhecido e reconhecido por todos.⁶⁰

Uma lógica que ficou evidente no momento designado para o beija-mão. Foi no palacete oferecido pelo comendador Valle Amado que se realizou, no momento dessa solenidade, o agraciamento do comendador Mariano Procópio. Este declinou da honra em favor de sua mãe, que recebeu o título de baronesa de Santana, título que reafirmou o apreço do imperador em relação ao comendador. Pela carta de nomeação, o monarca deixa claro que, “atendendo aos serviços prestados por Mariano Procópio Ferreira Lage; e querendo dar-lhe um testemunho de particular distinção: Hei por bem fazer Mercê à sua mãe”.⁶¹ E destacou o valor social do título permitindo que a mesma senhora “gozasse de todas as honras, privilégios, isenções, liberdades e franquezas que hão e Têm, e de que usam e sempre usarão as Baronesas, e que de direito lhe pertencem”.⁶²

O curioso foi que o comendador deixou para um espaço, no caso o palacete, reservado às festas na cidade do Paraibuna, o local e o momento para acenar sua distinção perante o imperador. Mais do que isso, o comendador deu a maior prova de superioridade e auto-suficiência ao declinar, em favor da própria mãe, a honra de receber das mãos do monarca o título de nobreza. Mostrou a todos os seus

59. P. Bourdieu, *O poder simbólico*, op. cit., p. 146.

60. Id., *ibid.*, p. 148. A sociedade funcionaria como um mercado onde o título valeria como uma identidade oficial subtraindo ‘os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal.’ (p. 147).

61. Ver Wilson de L. Bastos, *Mariano Procópio Ferreira Lage*. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia, Juiz de Fora, Paraibuna, 1991. p. 64.

62. Idem.

inimigos a extensão de seu prestígio e que não dependia de títulos para fazer valer seu poder na região.

As rixas, contudo, também se mostravam para além dos títulos de nobreza. Muitas discussões e querelas surgiram entre o comendador Mariano Procópio e a Câmara Municipal, fato que ficou mais do que evidente no momento da inauguração da rodovia. A principal diferença ocorreu em virtude do desvio da estrada, representando para a cidade do Paraibuna a perda de qualquer benefício financeiro por parte da província, em virtude do alto valor empregado pelo governo na construção. Além disso, enfureceu os políticos locais o fato de que, na cidade, não houvesse sequer uma estação, tendo os moradores de se deslocar até a estação de Rio Novo, na localidade onde residia o comendador Mariano. Uma atitude, por parte do comendador, que bem poderia soar como uma revanche ao fato de ter sido alijado quando sugeriu, em 1855, a formação de uma sociedade para melhoramentos na então vila de Santo Antônio do Paraibuna. A sociedade foi criada mas o comendador não foi votado para integrar o conselho diretor.⁶³

Um contemporâneo, o major Ignácio da Gama, expressou a luta dos políticos locais em ter uma estação da rodovia no centro da cidade. Foi inútil. A rixa teve continuidade quando o mesmo comendador Mariano tornou-se diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II. Novamente, na década de 1870, a cidade não foi contemplada com uma estação. Para o major Ignácio da Gama, a situação era clara: “havia duas forças que lutavam: a União e Indústria, desejosa de povoar, de dar vida a Mariano Procópio (Rio Novo até 1881), e a cidade, que se avolumava na vargem fronteira ao sobrado do juiz-de-fora(...)”.⁶⁴ A construção de uma estação dentro da cidade só aconteceu cinco anos mais tarde, após a morte do comendador Mariano. Uma conquista, levando-se em conta as forças que estavam em ação no início da construção e o contexto desfavorável conforme pode-se observar:

Dizia-se que Mariano era o ponto terminal de Rio Novo e que só esse município, riquíssimo em café naquela época, se impunha para a preferência da estação no belo subúrbio. O próprio Conselheiro Diogo Velho, proprietário ou co-herdeiro da importante fazenda de Sant’Anna daquele Município vizinho bafejava a idéia de que fosse aproveitada a estação já feita da Companhia União e Indústria, e daí as dificuldades quase insuperáveis para a vitória da cidade. Eis porque foi preciso a Juiz de Fora doar o terreno, fazer subscrições populares para adquiri-lo, *meetings*, reuniões presididas pelo Dr. Avelino Milagres, em que andavam seus velhos camaradas, Coronel João Evangelista, Caiafa e outros.⁶⁵

Mas as diferenças entre o comendador e os políticos da cidade do Paraibuna foram aprofundadas em virtude do desvio da rodovia União e Indústria. Sem aproveitar o Caminho Novo que cortava a cidade, o comendador preferiu aumentar as obras e passar a rodovia por fora do “centro urbano”. O desvio não apenas deixou o “centro urbano” da cidade sem uma estação, como impediu a valorização dos terrenos dos grandes proprietários que acompanharam o traçado do Caminho Novo. Ao escolher um outro traçado para a rodovia, o comendador Mariano

63. Idem. p. 99

64. A. Esteves, *Álbum ...*, op. cit., p. 66.

65. Idem. p. 67.

valorizou suas próprias terras. Aliás, terras que foi adquirindo fora do perímetro urbano da cidade, sempre às margens da rodovia.

Tantas queixas e rixas nos fazem refletir sobre a separação e a eterna condição de estrangeiro com a qual o comendador Mariano Procópio conviveu. Sob um outro ponto de vista, aqueles que estiveram à frente das reclamações freqüentes, e não estamos entrando no mérito da validade ou não de tais reclamações, foram personagens proeminentes das mais antigas famílias da localidade, requisito que talvez os habilitasse a falar em nome da sociedade juiz-forana. Ponto em que se torna necessário um olhar em direção ao círculo familiar que formou-se na cidade de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX. É importante colocar e reforçar esta posição de estrangeiro à qual foi relegado o comendador Mariano. Uma condição que foi originada no fato de ter vindo de uma localidade vizinha mas, também, por ser o comendador um homem de visão bastante destoante em relação aos fazendeiros locais. Uma visão que muito provavelmente formou-se durante seus estudos na Europa e Estados Unidos e que garantia o apreço do monarca ilustrado.⁶⁶

Considerações finais

Finalizando, cumpre-nos reafirmar a importância dos ritos e cerimoniais das viagens imperiais enquanto mais uma expressão de poder do Estado Monárquico brasileiro. Um objeto capaz de complementar algumas lacunas da produção historiográfica uma vez que proporciona, em melhor estilo, a compreensão das tramas existentes no interior da elite, assim como sua construção.

Um outro ponto a destacar são as relações de poder, características do Império brasileiro, que podem ser colocadas sob outra perspectiva quando avaliadas através do cerimonial e dos ritos das viagens de D. Pedro II à cidade de Juiz de Fora. Através desse cerimonial novas nuances são reveladas e torna-se mais contundente e explícita a função de D. Pedro II como mais um elo da união entre a região e o Império, como a encarnação viva do Poder Moderador perante os súditos e os políticos brasileiros.

Pedro II também pode ser compreendido como uma figura política que via aproximar-se, com rapidez, a modernidade que poria fim à escravidão. Um viajante lúcido que compreendeu as tramas de poderes que se formavam em seu império. Sua presença marcava a monocultura, a escravidão e o poderio de barões latifundiários. Mas Pedro II sabia que a transição era inevitável e, também, mostrava sua face de modernidade ao financiar e incentivar um empreendimento como o do comendador Mariano.

Enfim, este período tão específico da história do Brasil e da América do Sul, cuja riqueza de símbolos e ritos oferece uma constelação de nobres, títulos, ritos, cerimoniais, luxo e ostentação, apresenta uma malha delicada e perigosa de poderes que o historiador pode e deve observar mais de perto através da luneta da pompa.

66. Wilson de L. Bastos, *Mariano Procópio Ferreira Lage*, op. cit., p. 15. Foi após retornar dos Estados Unidos que o comendador Mariano Procópio resolveu construir a estrada de rodagem, um projeto alimentado há vários anos por seu pai.

[Recebido para publicação em março de 1997]